

# **Evidências de um Crime: O Fechamento da Escola Municipal Boa Esperança**

**Cássia Betania Rodrigues dos Santos**

Universidade de Brasília (UnB) – Brasília, Distrito Federal, Brasil.

e-mail: cassiageoterra@hotmail.com

## **Resumo**

O presente artigo é fruto de resultados da dissertação de mestrado intitulada “o processo de fechamento das escolas no campo na mesorregião do leste goiano: que crime é esse que continua?” O objetivo desse estudo foi de analisar os argumentos utilizados pelo Estado para o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança no povoado de Boa Esperança que se localiza no município de Damianópolis, estado de Goiás. As escolas no e do campo são importantes para que os camponeses reconheçam sua identidade e fortaleçam suas ações. Com o fechamento da escola no campo percebe-se que enfraquece o território do campesinato devido a expulsão desses sujeitos e em contrapartida fortalece outros territórios. Essa escola é uma entre centenas que são fechadas todos os anos no Brasil, obrigando esses sujeitos a frequentar a escola da cidade que não se preocupa com a identidade cultural e que inclusive tem apresentado uma postura preconceituosa sobre estes. Ao estudar na escola da cidade, gera cansaço, desmotivação, insegurança, e é submetido a poeira, a lama, e horas na estrada. Foi importante realizar a pesquisa de campo com observação, entrevistas e roda de conversas e a partir dos dados, constatou que existe um descaso do Estado brasileiro em relação às comunidades camponesas.

**Palavras chave:** Campesinato; agronegócio; fechamento; escola no campo.

## **Evidence of a Crime: The Closing of the Municipal School Boa Esperança**

### **Abstract**

This article is the result of the results of the master's thesis entitled “the process of closing schools in the countryside in the mesoregion of eastern Goiás: what crime is this that continues?” The objective of this study was to analyze the arguments used by the State to close the Boa Esperança Municipal School in the town of Boa Esperança, located in the municipality of Damianópolis, state of Goiás. Schools in and in the countryside are important for farmers to recognize their identity and strengthen their actions. With the closure of the school in the countryside, he realizes that the territory of the peasantry weakens due to the expulsion of these subjects and in return strengthens other territories. This school is one of hundreds that are closed every year in Brazil, forcing these subjects to attend the school in the city that is not concerned with cultural identity and that has even shown a prejudiced attitude about them. When studying at the city school, he generates tiredness, demotivation, insecurity, and is subjected to dust, mud, and hours on the road. It was important to conduct field research with observation, interviews and conversations and, based on the data, found that there is a disregard for the Brazilian State in relation to peasant communities.

**Keywords:** Peasantry; agribusiness; closure; school in the field.

## Evidencia de un delito: El cierre de la Escuela Municipal Boa Esperança

### Resumen

Este artículo es el resultado de los resultados de la tesis de maestría titulada "El proceso de cierre de escuelas en el campo en la región oriental de Goiás: ¿qué crimen es este que continúa?" El objetivo de este estudio fue analizar los argumentos utilizados por el Estado para cerrar la Escuela Municipal de Boa Esperança en la localidad de Boa Esperança, ubicada en el municipio de Damianópolis, estado de Goiás. Las escuelas en y en el campo son importantes para que los agricultores reconozcan su identidad y fortalecer sus acciones. Con el cierre de la escuela en el campo, se da cuenta de que el territorio del campesinado se debilita por la expulsión de estos sujetos y a cambio fortalece otros territorios. Esta escuela es una de las cientos que se cierran cada año en Brasil, lo que obliga a estos sujetos a asistir a la escuela de la ciudad que no se preocupa por la identidad cultural y que incluso ha mostrado una actitud prejuiciosa hacia ellos. Al estudiar en la escuela de la ciudad, genera cansancio, desmotivación, inseguridad y está sujeto al polvo, el barro y las horas de camino. Fue importante realizar una investigación de campo con observación, entrevistas y conversaciones y, con base en los datos, se encontró que existe un desprecio por el Estado brasileño en relación a las comunidades campesinas.

**Palabras llave:** Campesino; agroindustria; cierre; escuela en el campo.

### Introdução

O presente *artigo* é fruto de resultados da *dissertação* de mestrado intitulada “o processo de fechamento das escolas no campo na mesorregião do leste goiano: que crime é esse que continua?” defendida em maio de 2017 na Universidade de Brasília. O materialismo histórico foi o método fundamental, uma vez que considera o movimento do espaço e as ações humanas neste espaço, bem como a busca pela aproximação da essência a partir do estudo das contradições presentes, que se revela no meio rural a partir de dois modelos de campo diferente, do agronegócio e do campesinato.

Ainda, é importante ressaltar que o presente trabalho teve como basilar a categoria geográfica território, e as transições que este sofre com a globalização e o meio técnico científico informacional. São ambos os fenômenos que intrinsecamente interferem no território do agronegócio e do campesinato, mas que nestes territórios “atendem sobretudo a interesses de atores hegemônicos da economia e da sociedade, e desse modo são incorporados plenamente as correntes de globalização” (SANTOS, 2008, p. 48).

Guiados pelo materialismo histórico, o objetivo deste trabalho, foi analisar o processo de fechamento da Escola Municipal Boa Esperança, um dos principais patrimônios do povoado de Boa Esperança, localizado no município de Damianópolis, estado de Goiás e as resistências e as consequências que marcaram esse processo de fechamento da escola.

A princípio, o artigo traz enquanto discussão, o fechamento das escolas no campo, que trata-se de um problema que tem se ampliado, e nos ajuda a compreender a dinâmica

do Estado que se diz democrático, bem como do agronegócio que midiaticamente e politicamente é o modelo de campo mais viável para o país e mundo, seja pela economia gerada, seja para superar a tal crise de alimentos, justificando, portanto, sua sobreposição ao território do campesinato. Como já dizia Silveira (2006, p. 88):

Hoje, estamos vivendo a possibilidade concreta de produzir uma extensão também revolucionária, graças as comunicações e transportes modernos e, particularmente, ao discurso atual que é capaz de produzir a ampliação e reprodução de uma cosmovisão e de um modo de vida. A partir de um dado sistema técnico, um discurso tornou-se planetário, o chamado pensamento único.

É o fortalecimento da rede e do discurso do agronegócio a partir da globalização e meio técnico científico informacional e as ações do Estado sobre o modelo de campo do campesinato. Portanto, para estudar o modelo de campo do agronegócio se faz necessário aspectos que a ele está relacionado, e que neste trabalho é o fechamento de escolas no território do campesinato. Kosik diz que “captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e como ao mesmo tempo nele se esconde? E compreender o fenômeno é atingir a essência da coisa” (1976, p.16).

não é possível compreender imediatamente a estrutura da coisa, ou a coisa em si mediante a contemplação ou a mera reflexão, mas sim mediante uma determinada atividade. Não é possível penetrar na coisa em si responder à pergunta sem a análise da atividade mediante a qual ela é compreendida ao mesmo tempo esta análise deve incluir também o problema da criação da atividade que estabelece o acesso a coisa em si (KOSIK, 1976, p. 28).

Para que o território do agronegócio exista, precisa destruir ou modificar o território do campesinato, uma vez que na perspectiva do agronegócio é fundamental o máximo de poder sobre o território, ou seja, a propriedade privada, conjuntamente com a exploração do trabalho.

Considerando o fechamento das escolas no território do campesinato, que cabe inicialmente ressaltar que esta nem sempre existiu porque o entendimento era de que o campesinato não precisava de escola. Ainda hoje é presente a concepção de que para manusear a enxada não precisa estudar. Portanto, escolas no e do campo são conquistas através da luta e organização dos próprios sujeitos camponeses.

Contudo, as escolas no campo têm constantemente sofrido ameaças de fechamento e ou fechamento direto. De acordo com Mariano e Sapelli (2014) em dados obtidos no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil em 2003 havia 103.128 escolas no campo. Em 2013, este número foi reduzido a

74.112, totalizando 29.459 escolas fechadas no campo. Em relação ao estado de Goiás, os dados mais recentes sobre o quantitativo de escolas no campo foram extraídos também de fontes do Censo Escolar do INEP, que registraram em 2000, 1.822 escolas no campo, e ainda este número foi reduzido para 761 escolas em 2007. De 2007 que haviam 761 escolas, foram registrados em 2016 um quantitativo de 512 escolas no campo no estado de Goiás, o que significou dentre 2000 a 2016 um fechamento de 1.310 escolas.

Com o objetivo de analisar o processo de fechamento da escola no campo, que foi selecionado um fragmento deste fenômeno, que é a Escola Municipal Boa Esperança, um dos principais patrimônios do povoado de Boa Esperança, localizado no município de Damianópolis, estado de Goiás e a resistências e consequências que marcam esse processo de fechamento da referida escola.

O povoado de Boa Esperança está localizado a 15 km do município e tem aproximadamente 50 famílias. Lá, há somente dois mercados pequenos e a economia gira em torno da produção interna com criação de hortaliças e aves principalmente. A maioria das famílias trabalham no município de Damianópolis ou ainda trabalham nas fazendas do entorno, ou nas grandes fazendas situadas entre Goiás e Minas Gerais. É comum não encontrar membros da família em casa, já que estes trabalham fora e normalmente voltam somente nos finais de semana.

A Escola Municipal Boa Esperança está localizada no centro deste povoado, assim como a igreja. A escola foi fechada em 2010, porém sua data de fundação ainda é da década de 1980. Em 1998 a escola passou a funcionar num prédio novo, amplo e confortável. Antes, a escola funcionava num casebre, que foi doado por um senhor, dono de uma fazenda próximo do que tornaria o povoado Boa Esperança.

Em 1988 iniciou o Fundamental II, assim a escola passou a ter de primeira a oitava série. Era uma escola estadual, mas sofreu com o processo de municipalização em 2007. Portanto, depois de haver a municipalização da escola, foram apenas mais três anos em funcionamento para a mesma ser fechada.

A Escola Municipal Boa Esperança já atendeu as crianças e jovens do povoado e das fazendas do entorno. E mesmo a comunidade conseguindo o ensino Fundamental II, precisava de transporte para cursar o ensino médio. O ensino médio nunca chegou a funcionar nessa escola, embora fizesse parte do desejo da comunidade. Também foi com o tempo e com luta que apareceu o transporte escolar, já que antes mesmo de funcionar o Fundamental II não havia transporte, portanto, era difícil continuar a estudar.

Hoje, a estrutura da escola tem sido afetada pelo tempo. A última reforma na pintura ocorreu no ano de 2016 por causa das eleições municipais. No entanto, como a estrutura está muito deteriorada foi demolida uma parte da escola, assim a escola que contava com seis salas, hoje está com três salas. Se for reaberta, já não tem condições de

funcionar o fundamental II. Considerada as circunstâncias, a escola possui uma excelente estrutura física, já teve seis salas, uma cantina, o pátio, dois banheiros, a Secretaria, sala do diretor e sala de informática.

No seu último ano, haviam 25 educandos matriculados na escola. Todos os funcionários da escola foram removidos para trabalhar nas escolas do município. Alguns continuaram morando no povoado mesmo trabalhando no município, outros, no entanto, preferiram mudar-se. E a escola, mesmo não funcionando como espaço de aula, já que está fechada, tem funcionado como outros espaços, dentre esses, reuniões da própria comunidade do povoado.

**Figura 01: Vista do povoado Boa Esperança e da Escola Municipal Boa Esperança.**



Acervo do autor, 2016.

Para articular as categorias com a proposta do trabalho foi importante trazer as entrevistas que foram realizadas com os sujeitos do povoado de Boa Esperança, foram estudantes, pais e responsáveis, funcionários que trabalharam na escola. Com os estudantes foram realizadas rodas de conversa e com os demais sujeitos (professores, diretor e demais funcionários da escola, pais e ou responsáveis, secretário de educação), a entrevista.

A próxima sessão do artigo é discutida o território do campesinato e agronegócio uma vez que estão em constante conflito/disputa, por serem modelos de campo diferentes e que passam por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização principalmente pela ação do Estado.

### **Agronegócio versus agricultura camponesa**

É na colonização do Brasil por Portugal que está a base de formação da estrutura fundiária. Foi nessa época que iniciou o desenvolvimento da agricultura, a de grande escala

com a *plantation*. Segundo Prado Junior (2006, p.120) “a *plantation* é a exploração em larga escala, tipo “plantação” (modelo de agricultura dos economistas ingleses que foi adotada pelos portugueses)” que no Brasil se deu a princípio pela produção de cana de açúcar e que foi posteriormente complementada com a pecuária.

Os portugueses utilizaram esse modelo não somente para povoar, mas principalmente para exploração das terras brasileiras. Como característica da *plantation* é a grande propriedade monocultural que se complementava com o trabalho dos camponeses, na época os indígenas, posteriormente dos escravos negros, substituídos mais tarde, por trabalhadores assalariados e toda a produção era exportada para a metrópole, Prado Junior (2006). É esse modelo a maior herança do colonialismo, a *plantation* que se transforma, a seu modo, a tradição agrícola no país.

A partir das *plantations* que se constitui a produção por *commodities*, ou seja, a evolução dos latifúndios com a Revolução Verde em monoculturas transnacionais denominada de agronegócio. A Revolução Verde foi um projeto financiado por EUA e que repercutiu pelo mundo no final da Segunda Guerra Mundial com a introdução de um conjunto de técnicas para o melhoramento da produção na agricultura, pois acreditava-se que a fome tornar-se-ia um problema futuro. Foram feitos investimentos nos países em desenvolvimento como Índia, Brasil e México. Tais técnicas só começaram a apresentar resultados a partir da década de 1960 e 1970, período em que os países estavam consideravelmente aumentando sua produtividade no campo. Mas é a:

América latina, a região das veias abertas, onde tudo, desde o descobrimento se transformou em capital europeu e mais tarde, norte americano, tudo acumulado distante dos centros do poder, mas em seu benefício. A terra e suas riquezas, a sociedade e sua capacidade de trabalho e de consumo foram e são demasiadamente exploradas (COSTA, 2017, p. 62).

No caso do Brasil, o país aumentou a produção de alimento para o consumo interno em uma proporção menor do que a produção para a exportação entre 1970 e 1985. Dessa forma, o país se torna um grande exportador, porém com impactos ambientais seja pela perda da vegetação, contaminação de solo e água com os agrotóxicos.

Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidiano do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção das plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade. Não raro, maior que o da metrópole (SANTOS, 2008, p. 41).

E Fernandes; Wech; Gonçalves (2012) reforçam que num país como o Brasil em que o índice de Gini ultrapassa 0,8, é falar ainda numa dívida histórica com aqueles que sonham, que tem esperança de um dia conseguir conquistar seu pedaço de chão. São milhares de famílias camponesas sem-terra e aquelas que a possui se deveu a luta e resistências constantes. “A modernidade definiu-se como emancipação no que diz respeito ao nós, mas não percebeu seu caráter mítico-sacrificial com relação aos outros” (DUSSEL, 2005, p. 30). Portanto, “nossa formação territorial é, numa perspectiva histórica, essencialmente degradadora dos lugares e de seus habitantes” (MORAES, 2005, p. 58).

Na modernidade do capital resiste as características principais do campesinato, a de compreender sua base familiar. “É pelo trabalho da família na sua própria terra ou na terra alheia, por meio do trabalho associativo, na organização cooperativa, no mutirão, no trabalho coletivo, comunitário ou individual” (FERNANDES, 2008, p. 163).

É o camponês, a agricultura camponesa, responsável por alimentar com poucas terras boa parte da população produzindo diversos tipos de alimentos. Nessa ocasião cabe enfatizar a importância do camponês para o consumo respectivamente das pessoas que residem na cidade. Este sim, se diz que produz e produz alimentos saudáveis e em variedade com suas próprias técnicas e técnicas provenientes da globalização. Variedade esta que pode vir a atender/encher o prato das famílias brasileiras o que só vem a calhar na afirmação de que esse sujeito produz muito, se comparado a um grande capitalista que tem máquinas de grande porte, uma extensa área de terra, mas, pouco aproveitável e importante para nós, pois, a produção geralmente é enviada para o exterior. Com dados científicos, Alentejano (2012, p. 357) apresenta que,

As grandes propriedades pouco ou quase nada produz (são 120 milhões de hectares que os próprios proprietários declaram ao Incra serem improdutivos dentro dos latifúndios), seja porque, quando produzem, concentram-se na produção de poucos produtos, destinados à exportação ou a fins industriais. Com isso, nas duas últimas décadas, a área plantada com gêneros alimentares básicos, como arroz, feijão e mandioca, reduziu-se em mais de 2,5 milhões de hectares, ao passo que a área plantada com soja, milho e cana-de-açúcar aumentou 16 milhões de hectares. Além destas lavouras, as grandes propriedades destinam a maior parte de suas terras à pecuária extensiva e à plantação industrial de árvores, sobretudo o eucalipto. Desta forma, a estrutura fundiária concentrada se converte também num fator de insegurança alimentar.

Assim, a produção camponesa e a produção capitalista são profundamente diferentes entre si. Enquanto o primeiro se organiza em conjunto, parcerias entre parentes e amigos para realização do trabalho, o grande capitalista esvazia ao máximo o campo, substituindo gente por máquinas, e quando precisa de mão de obra, paga para realizar o

trabalho de modo à estrategicamente beneficiar da exploração do trabalhado alheio, através da extração da mais valia. Como já dizia Gasset (1963, p. 28):

O mundo no qual domina a máquina é um mundo sem alma, nivelador, mortificador; é um mundo no qual a quantidade tomou o lugar da qualidade definitivamente e no qual o culto dos valores do espírito foi substituído pelo culto dos valores instrumentais e utilitários.

Complementa ainda que “a tecnização destrói a beleza da cultura, a individualização, a originalidade, tudo se torna uniformemente coletivo, todas as coisas são fabricadas sob um mesmo estilo, perdendo assim a marca da personalidade” (GASSET, 1963, p. 28).

Não quer dizer ainda, que o campesinato deva ficar destituídos das técnicas modernas para trabalho na terra, mas faz uso desta de modo que não agride a sua cultura e ao ambiente. Assim, “a técnica no sentido último da vida, sabendo, contudo, que ela é divina, libertadora e criadora e é também demoníaca, escravizadora e destruidora. É ela, dupla como tudo que existe” (GASSET, 1963, p. 40).

Diante das características que diferencia os modelos de campo, o que percebe é o avanço do modelo de campo do agronegócio que para acontecer tem desterritorializado famílias camponesas. Essa desterritorialização tem se intensificado principalmente a partir do fechamento da escola no campo. Na próxima sessão do artigo é discutido como se deu o surgimento da escola no campo e a importância dela para esses sujeitos. Sendo um direito adquirido, que fortalece a luta contra as mazelas do capital e do Estado burguês e contra o agronegócio. Na ausência da escola no e do campo, os sujeitos não veem perspectivas de se manter na terra.

### **Movimentos de construção da educação do campo: a importância da escola no e do campo**

Ao longo da história da questão política e agrária brasileira, percebemos que o poder esteve quase que exclusivamente sob controle de uma classe específica: a burguesia. Essa burguesia manteve privilegiada inclusive no acesso à educação. A educação também estava acessível somente as pessoas abastadas sendo comum o analfabetismo e principalmente no campo.

As primeiras discussões para uma educação aos povos do campo iniciaram a partir da primeira metade do século XX, sendo que a primeira referência a educação em ordem jurídica ocorreu em 1923 nos anais do 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro. A Educação Rural que nascia ali, estava atrelada à grande expansão da produção de cana-de-açúcar e a contenção migratória do campo para a cidade, consequência da industrialização.

Com as transformações que foram ocorrendo no espaço devido a tecnologia, a educação, o Estado deixa de ser controlado somente pela classe burguesa. Hoje o Estado é um aparelho em disputa, por diferentes classes, cada qual com interesses distintos. Gramsci, já dizia que o Estado não é neutro, mas também “não é mero instrumento de dominação, o Estado é resultado da condensação de uma relação de forças sociais, o resultado contraditório das lutas de classes, em que se manifestam interesses contraditórios” (MONTANO; DURIGUETTO, 2010, p. 147). Embora o Estado esteja mais sob o poder da burguesia, esse poder já não é mais o mesmo, ele está enfraquecido. Portanto, como já dizia Harvey a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados ao assumir e adquirir poder no Estado, obtém mesmo que em menor escala a liderança. E uma vez trabalhando na conquista dessa liderança “vai ser possível trazer à baila toda a questão de construir um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, como também seja ambiental e socialmente justo e sensível” (2006, p. 292).

O modo alternativo de produção, de consumo, de vida social e ambiental estava sendo construído por esses sujeitos na educação. Se antes, a educação para os povos do campo não era nem pensada, e quando o foi trazia intenções que servia a classe burguesa. Esse quadro muda em meados da década de 1960 e 1970 quando eclodiram manifestações fortes o suficiente para não serem reprimidas e que contestavam a intensa urbanização e a precariedade das condições de vida na cidade. Surge nesse período a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia, no ano de 1975, e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no ano de 1984, este último tinha como principal preocupação desenvolver uma educação no/do campo, pois colocavam a escola como um elemento importante para compor a luta da terra e sua permanência. Somente em 1988 que foi aprovada em Constituição que a educação é um direito público de todos. É nesse íterim que estava sendo gestada a Educação do Campo.

Assim, a origem da Educação do Campo, está na luta dos trabalhadores do campo reivindicando a cada assentamento e acampamento escolas públicas no campo. Portanto, é na década de 1990 que organizações sindicais associadas a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), movimentos sociais e outras organizações começaram a pautar a Educação do Campo e essa dinâmica ganha vapor no momento que ela torna estudo e assunto dos diversos setores da universidade pública, sendo criado nesse espaço um movimento denominado Movimento Nacional de Educação do Campo.

A Educação no/do Campo, deve ser estabelecida *no* campo, no local onde o camponês reside, e que seja também *do* campo, ou seja, o processo educacional deve se estruturar a partir da realidade social daquele que vive no campo, valorizando a cultura e identidade do camponês, assim também como as peculiaridades do espaço em que o indivíduo está inserido, Caldart (2002).

Segundo Caldart (2008), esta luta Por uma Educação do Campo se consolida em julho de 1998 com a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica no Campo realizada em Luziânia, a qual surge por meio da realização do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília. Nesta Conferência reuniram-se diversos grupos de movimentos sociais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Trabalhadores (MST), a Universidade de Brasília (UnB) a (UNESCO) o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em que o principal objetivo permeava na discussão sobre a realidade camponesa, tendo como ponto de partida o desafio de debater a realidade das escolas no/do campo. Com esse objetivo traçado, se almejava a consecução de políticas públicas para o desenvolvimento do campo. Ao fim do evento, um documento foi elaborado contendo todas as inquietações e proposições para ter uma educação que valorizasse a (s) cultura (s), a (s) identidade (s) do espaço de origem do camponês, Caldart (2004).

Esses momentos significativos para a Educação do Campo, levaram a aprovação em 2002 do primeiro Marco Legal com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer nº 36/2001 e Resolução nº 1, 2002 do Conselho Nacional de Educação).

Em 2004, na II Conferência Nacional de Educação do Campo, também realizada em Luziânia, o nome “Por Uma Educação Básica do Campo,” passa a ser “Por Uma Educação do Campo”, indicando que a Educação do Campo estaria se tornando uma luta não somente para educação básica, que envolve o ensino infantil, fundamental e médio, mas também englobando o ensino superior. Até porque, “construir a Educação do Campo significa formar educadores e educadoras do e a partir do povo que vive no campo como sujeitos destas políticas públicas que estamos ajudando a construir, e também do projeto educativo que já nos identifica” (CALDART, 2002, p. 158).

Segundo Munarim (2010), a primeira vez que aparece em documento oficial o termo Educação do Campo é no ano de 2008 com a resolução CNE/CEB N°08 de 28 de abril. Em 2010, teve um outro importante marco legal, que foi o Decreto nº 7.352/2010, e de 2012 em diante muitas conquistas foram obtidas para o fortalecimento da Educação do Campo e o povo camponês. Segundo Molina e Freitas (2011, p.17),

Os avanços conquistados abrangem: obtenção de marcos legais e de programas educacionais destinados a esses sujeitos, inserção do tema na agenda de pesquisa das universidades públicas brasileiras e articulação entre os diferentes movimentos sociais e instituições que lutam pela Educação do Campo.

A materialização da Educação do Campo é a partir das Escolas no e do Campo. Os educandos de uma Escola no e do Campo não são somente sabedores de conteúdo, ou

dominadores de competências e habilidades técnicas. Essas crianças e adolescentes “precisam aprender a falar, a ler, a calcular, confrontar, dialogar, debater, duvidar, sentir, analisar, relacionar, celebrar, saber articular o pensamento próprio, o sentimento próprio” (CALDART, 2002, p.106).

A escola, passa então a ser de suma importância para os movimentos de luta pela terra, pois a escola é entendida pelo movimento como um instrumento político, por isso não é qualquer escola. A escola no campo e do campo são igualmente importantes. Além de estar no território camponês, é preciso de uma Escola no e do Campo que ao reconhecer e abraçar a identidade camponesa que a construiu, valoriza essa identidade, ou seja, as crianças, jovens que frequentam a Escola no e do Campo sintam se orgulho de serem camponeses por conhecerem e reconhecerem em sua história, sua cultura. A Escola no e do Campo faz o encontro dos sem-terra com a terra, a Escola no e do Campo mostra a realidade que estão inseridos, os problemas do campo, mas também os prepara para enfrentá-los (CALDART, 2002).

### **O fechamento da Escola Municipal Boa Esperança: as causas e as consequências no território de Boa Esperança**

A partir do que já foi descrito, afirmamos que a cultura camponesa sempre existiu no Brasil e ela foi se fortalecendo de tal forma, principalmente a partir da conquista da escola no e do campo. Como já dizia Costa (2017, p. 69) “a cultura que se faz no lugar de poderes populares instituídos no cotidiano e no trabalho é legitimamente resistente aos adventos da cultura de massa, fazendo se valer dos mecanismos técnicos que essa mesma criou”.

A escola do campo resgata, valoriza e fortalece a cultura camponesa pois sua funcionalidade está para além de atividades de sala de aula, a escola no e do campo é um patrimônio territorial. Portanto, o “patrimônio territorial faz se na solidariedade cultural das comunidades que não deixaram perder seus símbolos pois são tenazes no movimento da sociedade capitalista” (COSTA, 2017, p. 69). Mas, “falar num negligenciado patrimonial equivale a fazer representar também os desígnios da opressão no e do território” (COSTA, 2017, p. 61). Sobre essa negligência fica explícito na fala do secretário de educação do município de Damianópolis, onde fechou a Escola Municipal Boa Esperança, que representando o Estado, diz que quanto ao fechamento da escola do povoado:

*Geralmente essa decisão é mais das Secretarias e subsecretarias do Estado. Então, a população não é consultada nesse sentido. Fica difícil de manter a escola por causa dos custos porque o repasse que vem também para os municípios é pequeno. Então para você manter a escola aqui e manter a escola lá termina ficando, igual o recurso de merenda escolar fica*

*cerca de vinte mil por ano e por aí vai. Então se você perceber a logística, termina que os recursos se persistirem em manter uma escola dessas lá no povoado termina o município dando uma qualidade de ensino ruim por falta de recursos. (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).*

Na fala do secretário fica explícito que para ter acesso à educação de qualidade é preciso fechar a escola no campo, de que não é possível ter essa qualidade mantendo a escola no campo aberta com poucos alunos. A promessa de melhorar a educação fechando as escolas, e fechando as escolas no campo é uma farsa já que as escolas da cidade sofrem com superlotação o que também dificulta o trabalho do professor. E o descaso com a Educação no e do Campo, a intenção de fazer com que as escolas no campo estejam fadadas a extinção está claramente exposto quando o secretário em Damianópolis, reforça que,

***hoje praticamente em toda a região do Leste Goiano aqui as escolas concentram tudo na cidade. As escolas rurais praticamente que acabaram. E da Boa Esperança não foi diferente. É uma escola que funcionou muitos anos e primários e chegou até funcionar a oitava série, mas com o passar dos anos o que acontece, houve uma migração muito grande do pessoal pra cidade e começou a ficar inviável a manutenção dessas escolas, exatamente pela quantidade de alunos. Era muito pouco os alunos para cada sala e foi ficando difícil. (Grifo nosso). (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).***

Por isso afirmamos que é privar a classe camponesa do acesso aos seus direitos. Molina (2008, p. 21) já dizia que “a educação é um direito. E como tudo que diz respeito a nós, seres humanos, a ideia da educação como um direito humano, é mais que isso, a ideia dos direitos humanos é fruto de uma longa construção histórica de milhares de pessoas”. Sobre isso Caldart (2015, p. 16) também nos chama a atenção que:

*É preciso que muito mais gente entenda que a lógica assumida pelo Estado em relação à produção agrícola é a mesma lógica assumida para exacerbar a mercantilização da educação; que o mesmo Estado com o qual disputamos políticas públicas de educação para os trabalhadores do campo é o que está garantindo volumosos recursos públicos para fortalecer o modelo agrícola do agronegócio, mesmo sabendo que esse modelo reduz drasticamente o número de trabalhadores no campo.*

E ainda o desrespeito, desconsideração que as falas da Secretaria carregam em relação aos direitos dos povos do campo e a ignorância para com o sofrimento de crianças e jovens com a dependência do transporte para chegar à escola. Portanto, quando não tem ônibus, os educandos não estudam, sejam porque eles não têm carro, seja porque o pai e a mãe trabalham. No povoado Boa Esperança, em Damianópolis, a representante da associação da comunidade quem relata que,

*Tivemos quase umas férias de ir para a escola, de quinze a vinte dias sem aula, por faltar ônibus. Principalmente quando está chovendo, porque o ônibus não sobe. Já teve dia do ônibus descer deslizando é um perigo pras crianças. São mais de 15 km que as crianças pegam todos os dias, somente para ir. Eles saem cinco horas da manhã. A minha pequena tem que acordar as quatro e meia. (Fala obtida em entrevista com a representante da comunidade).*

Mas, sobre o transporte a Secretaria do município de Damianópolis diz que,

*Sempre teve transporte para as crianças, e são quatorze km daqui até o povoado de Boa Esperança. é não uma distância... Em poucos minutos os alunos estão aqui. (Fala obtida em entrevista com Secretário de Educação do município).*

Nessa fala, fica explícito que o secretário pouco entende ou ignora o fato de que são quinze quilômetros, mas quando o trajeto é de um determinado ponto do povoado para seguir direto para o município de Damianópolis. Como não é o caso, já que são vários estudantes em pontos diferentes e em escolas diferentes, a rota se torna muito maior e dessa forma há um gasto também maior de tempo. O tempo ainda se estende por causa do trajeto que boa parte é de chão, com buracos e outros obstáculos.

Além da distância percorrida, ainda acrescenta a poeira, com os problemas de saúde que podem se agravar, como bem diz os estudantes que passaram por isso no povoado Boa Esperança, em Damianópolis que,

*Os meninos vão, muita gente sofre de asma por causa de muita poeira, sol quente. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Cabe ressaltar ainda, que o transporte escolar disponibilizado não tem monitor. Por isso, o risco de os educandos se machucarem é ainda maior, seja porque, uns ficam andando pelo corredor do ônibus, outros vão dormindo no ônibus, brigas entre si e entre outras situações que podem estar provenientes. Os educandos de Boa Esperança, em Damianópolis, relatam que,

*Até porque nos ônibus não usa cinto de segurança, eles só colocam cinto de segurança no ônibus só para revisão. Ai quando ele vai rodar, tira de novo. Isso é um perigo de criança machucar nessas estradas. Sem contar que levanta cinco horas da manhã, aí vai criança dormindo dentro do ônibus, se tiver um acidente com o menino que tá até dormindo. É menino no corredor, não tem nenhum monitor. Já que mudou tinha que ter pelo menos um ou dois monitores. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Por falta de monitor nos ônibus escolares que também acontece de a criança ser esquecida, e ainda de a criança se perder dentre os transportes escolares seja porque é

ainda muito pequena para diferenciar de um e outro, por estar cansada e porque está ansiosa pelo retorno para casa. Sobre isso, os educandos de Boa Esperança, em Damianópolis dizem que,

*Já teve até crianças pegando ônibus errado. A duas semanas atrás teve um menino que pegou ônibus errado. Que é criança muito pequena, não tem muito juízo, entra correndo demais. Duas semanas atrás também esqueceram um aluno lá, a mãe teve que ir doida atrás. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Outras consequências estão relacionadas principalmente a cultura, pois com o fechamento da escola ocorre o desvinculamento das crianças e adolescentes do convívio familiar. Os momentos de lazer dos jovens, e mesmo da comunidade que são quebrados como os jogos de futebol por exemplo, as festas de datas comemorativas. Isso provoca também a desunião da comunidade que passa a não se encontrar mais. Sobre esses eventos na escola do povoado Boa Esperança, em Damianópolis, o educando diz que,

*Sempre comemorava o dia das crianças, o dia dos pais, das mães, festa junina, sempre tinha uma comemoração na nossa escola. Mesmo estando de férias, sempre tinha alguma festinha, sempre tinha apresentações e a comunidade inteira participava. Tinha a parada da leitura, os meninos reuniam para contar histórias, muita gincana, piquenique. Em alguma data comemorativa acontecia o piquenique, a gincana e a gente aprendia era muito, era uma aula. Tinha competição de desenho. Tinha também o inter-classe que era os jogos entre as turmas, mais jogava era futebol. E só jogava futebol também porque não tinha outro espaço pra jogar vôlei, não tinha espaço, nem o material. A gente jogava queimada, eu gostava era muito de jogar. Aqui já teve muita coisa, agora não tem nada. Tinha o PET também, que era tipo um reforço da escola. A escola é o único local que a gente tem para fazer evento. Passava filmes a gente ia lá assistia filme o dia todinho. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Os educandos do povoado Boa Esperança, esclarece que na escola da cidade somente dava para participar dos jogos interclasse que ocorria uma vez por ano. São jogos de todas as modalidades e eles enfatizam que quem participava era somente os educandos, portanto, sem a participação dos pais. E, principalmente, os educandos do sexo masculino, porque as educandas da comunidade não conseguiam integrar pelo preconceito de uma cultura também da escola, de que jogos que envolve bola não são jogos de meninas, portanto não dava para montar times. Enquanto que, quando a escola do povoado Boa Esperança estava aberta, a comunidade podia participar, e as meninas se integrava em quaisquer atividades. A representante do povoado de Boa Esperança, em Damianópolis complementa ainda que,

*A escola era tudo, a gente fazia festinha, tudo a gente reunia na escola, essa escola era nossa referência pra tudo aqui. Quando não tinha o*

*postinho, porque agora tem. Mas antes vinha medico para fazer tratamento de dente, exame tudo era o foco a escola. Eles vinham para a escola. A gente fazia festa, até festa de aniversário a gente fazia porque não tinha um outro local bom pra fazer. Até hoje, as reuniões são feitas na escola. Muitas coisas ocorrem na igreja agora, mas o que não pode ocorre tudo na escola por exemplo as reuniões mesmo. (Fala obtida em entrevista com a líder da comunidade).*

Também tem o preconceito e a discriminação que os jovens do campo sofrem quando saem para estudar na cidade. Infelizmente ainda predomina uma concepção de que o urbano se põe superior ao campo, e a hierarquização que é produzida acaba atingindo diretamente a identidade e o processo educacional. Quanto a identidade, Claval diz, que ela responde a “uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: quem sou eu? Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza, ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo/; artefatos, costumes, gêneros de vida, meio” (1999, p. 15). Sobre o preconceito com a identidade camponesa ao frequentar a escola da cidade, a representante da comunidade relata em entrevista que:

*O pessoal que vai daqui tudo sofre bullying de ser roceiro, de pé sujo. A gente não tinha roupa boa para ir para escola, não tinha sapato, ia de havaiana, não tinha uma mochila para levar as coisas, aí levava em saco de arroz. Ainda bem que nós temos aqui só menino e menina bonita que cala a boca porque aqui é o povoado de gente mais bonita, não é falando não. Mas aí eles baixam a bola. (Fala obtida em entrevista com a representante da comunidade).*

Educandos em roda de conversa complementam que:

*No começo quando a gente foi pra lá foi muito difícil, eu mesmo me sentia excluído no início, ficava num cantinho. Quando tinha quadrilha mesmo, eu não dancei, porque não tinha coragem. Mais difícil é para as meninas, porque as meninas de lá é muito patricinha, chegava assim e falava – “aquele menino é da tapera”, porque também a gente chega na escola cinza e pior quando chegava atrasado e ônibus quebrava, todo mundo olhava pra gente que tava chegando. – Falavam assim – “Eita, buzão ou o pau de arara quebrou hoje foi?” Eu sei que a gente já passou por cada uma. A gente teve força, o cabelo chegava branco de poeira. Eu não me enxergo como sendo da cidade porque somos acostumados aqui. Nós fomos obrigados do jeito deles lá porque levaram os alunos pra lá. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

Com a inexistência de escola no campo para a comunidade camponesa, significa não somente a desvalorização da identidade, mas também do território, uma vez que sem a escola dificulta o movimento e transformação do mesmo. Além do êxodo rural, também acaba diminuindo as possibilidades de outros camponeses procurarem esse campo para morar, principalmente se forem pais com filho em idade escolar. Sobre a desvalorização do território, o ex-vigilante da escola do povoado de Boa Esperança diz que,

*O ponto negativo com o fechamento da escola é que a gente que mora aqui, porque você fechar uma escola, uma única escola e você fechar é uma grande perda né, eu vejo assim que quando, se abrisse aqui novamente estaria desenvolvendo. Foi uma perda muito grande pra nós, aí uma pessoa pergunta onde fica a escola, nós vamos falar que não tem escola aqui, o pessoal estuda tudo em Damianópolis, agora Damianópolis que é ponto de referência para tudo. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Em Damianópolis, no povoado de Boa Esperança, depois que houve a municipalização da escola, os funcionários do Estado tiveram que ser transferidos para a cidade. O ex-vigilante da escola, foi transferido para a escola da cidade, pois seu concurso era do Estado e não podia continuar atuando na escola da comunidade que passou a ser do município. Ele diz que,

*Prefiro trabalhar aqui na comunidade, porque primeiro, se o Estado voltasse a abrir uma escola aqui, eu adorava trabalhar aqui, até mesmo porque, você deslocar de casa, eu mesmo tenho que ir de moto e eu tenho despesa com isso se eu ainda quiser morar aqui né. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Com o fechamento da escola e com as mínimas perspectivas de continuação dos estudos, os jovens que tem permanecido nas comunidades estão sendo capturados para doarem sua força de trabalho ao mercado, mas principalmente do agronegócio. No povoado de Boa Esperança, em Damianópolis, o ex-vigilante da escola fechada neste território diz que,

*O pessoal jovem que não tem oportunidade de estudar, termina o ensino médio e que fica mais difícil. Aí vai pras fazendas trabalhar, tem a fazenda AGROFAVAS pros lados da Bahia mexe com café com soja, aí trabalha como tratorista, é uma firma que abriu esse espaço para eles. (Fala obtida em entrevista com ex-vigilante da escola).*

Sobre isso, os educandos da roda de conversa no povoado de Boa Esperança, ainda reforçam que,

*A maioria trabalha aqui na Bahia, nas fazendas, agricultura muito forte que tem né. Para os homens ficam mais fácil, porque tem curso em Posse, em Mambá que ajuda a se encaixar nas fazendas, mas para as mulheres ficam mais difícil, pras mulheres só tem que estudar mesmo, vê o que dá. Assim não é um preconceito, mas eles procuram empregar os homens né. Não tem muito serviço para as mulheres. Ai a gente termina o 2º grau e fica aí. Se não for embora mesmo para tentar com a cara e a coragem, se não é ficar aqui mesmo. Aqui não oferece né uma faculdade, um curso mais elevado. É essas oportunidades são boas porque tem transporte das fazendas que vem buscar, e é perto também. Ai em Posse em Mambá oferece esses cursos mais rápido de profissionalização de técnico em*

*segurança, técnico agrícola, almoxarifado, operador de máquinas. Ai eles, nós né, vamos na segunda e voltamos na sexta feira. E tem curso que é oferecido na própria fazenda, aí faz por lá mesmo. Eu mesmo trabalho na AGROFAVAS, eu trabalho de fiscal, que é contador no caso e no almoxarifado. Eu trabalho nessas duas áreas. E ainda bem que nas fazendas lá eles ajudam bastante a gente, aqueles que tem interesse, que mostra serviço também. Aí eles pagam curso. Então assim eles tão dando uma oportunidade que não tinha né. Então tá ajudando mais os jovens a se manterem aqui. (Fala obtida em roda de conversa com os educandos da escola).*

E principalmente os homens têm essa “oportunidade” não só de trabalhar, mas de fazer cursos técnicos que são oferecidos pelo agronegócio. E por estarem distante da formação do movimento dos trabalhadores do campo, da Educação do Campo, não percebem que a falta de incentivo para estudar pelas ações do Estado, faz com que sejam capturados e beneficie a lógica de exploração de trabalho imposta pelo mercado capitalista, principalmente do agronegócio.

O trabalho que realizam para o agronegócio é um trabalho explorado e capaz de modelar a mente do sujeito a acreditar nessa perspectiva de campo que é do agronegócio, a partir dos cursos que são estrategicamente oferecidos. Segundo Godelier (1966, p. 316) “a essência do homem é o trabalho e, como o trabalho é roubado, o homem está alienado, e Guiles complementa que “a consciência é existência sem essência. Ela é puro surgimento, pura existência. A consciência é projeto de essência” (GUILLES, 1989, p.311).

Assim,

*esta atividade, esta necessidade de escolher a cada momento a visão que temos do mundo, constitui a liberdade. A liberdade é o exílio e somos condenados a ser livres. O indivíduo, por mais livre que seja em si mesmo, é visado por aquilo que se passa no mundo, e depende dos próprios acontecimentos que se passam no instante. Pois, o homem é livre, mas só numa determinada situação. É só nessa situação e com relação a ela que é livre (GUILLES, 1989, p.344).*

O trabalho que oferecem exige que eles se desvinculem de segunda a sexta-feira do seu território, retornando somente nos finais de semana. É o descaso do Estado com a população camponesa, e por estarem enfraquecidos com a perda da escola e aliado a isso, distante do movimento da luta pela terra, da educação do campo, veem o agronegócio como uma “oportunidade” de melhorar suas condições financeiras, bem como de se manter no campo.

*É preciso, para realmente ser livre, que o homem reconheça sua situação. É com relação a ela que terá liberdade de transformar a realidade ou não, de aceita-la ou não. Essa liberdade, não podemos considera-la como um poder metafísico de natureza humana, ou como a licença de fazer o que quer, ou como um refúgio interior que permanece mesmo nas cadeias. Não se faz o que quer, e, todavia, se é responsável por aqui que se é. O homem é*

responsável pela sua escolha, mas ele obrigatoriamente é engajado (GUILLES, 1989, p. 344).

Bogo (2008, p. 175) complementa ao dizer que quando o “capital se instala num território, finge ser a favor de todos. Com a falsa ideia de desenvolvimento, mente que gerará empregos. Na verdade, ele é contra todos, mesmo que alguns consigam emprego”. Com o fechamento da escola percebe que tem havido um movimento a favor do agronegócio, capturando força de trabalho, e com possibilidades futuras de capturar também este território do campesinato. Como já dizia Costa (2017, p. 62):

A estrutura física e social dos territórios de exceção tem seus princípios em outros territórios. Imposições externas forçam a criação de novas regiões, novos territórios, novos lugares ou a mutação dos preexistentes. Esse fenômeno é o que Milton Santos chama de espaço derivado, cujos princípios de organização devem muito mais a uma vontade longínqua do que aos impulsos ou organizações locais. Assim, territórios de exceção perfazem escalas e trazem contradições herdadas dos espaços derivados.

Portanto, considerando a escola no e do campo patrimônio territorial e de luta pelos direitos que entende que ela também seja utopia, e a utopia é “a visão de mudança da estrutura de grupos sociais existentes; é um projeto da sociedade do presente que vislumbra ações com vistas a futuro desejado a ser realizado” (COSTA, 2017, p. 62). O campo sem escola, é um campo com pouca ou nenhuma perspectiva para a comunidade camponesa.

## **Conclusão**

Diante do que foi exposto e analisado, pontuemos alguns pressupostos. Primeiro, que o Estado negligencia o direito de ter acesso à educação básica no povoado de Boa Esperança. Essa negligência se mascara no discurso de que a escola da cidade é melhor ou de que não é possível manter uma escola no campo com poucos estudantes.

Havia uma boa estrutura física para funcionamento da escola, haviam estudantes, mas preferiu fechar inclusive demoliram parte da escola. Importante observar ainda, que a manutenção e custo do ônibus pode ser mais caro do que manter uma escola já construída, equipada e com funcionários, professores que eram da própria comunidade. Desse modo, conclui-se que o processo de fechamento da escola está ligado a intenção deste Estado de expulsar o campesinato e com isso beneficiar diretamente na territorialização ou reterritorialização do agronegócio.

## Referencias

- ALENTEJANO, P. Estrutura fundiária. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, expressão Popular, 2012.
- CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In. **Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. 2ª edição, Brasília, 2002.
- CALDART, R. S. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e desafios do momento atual**. Porto Alegre, julho de 2015
- CALDART, R. S. **Sobre a educação do campo**. In. Por uma educação do campo: campo – políticas públicas – educação. Incra/MDA. Brasília, 2008.
- CALDART, R. S. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Ano 2, número 2, 2004.
- CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geografia**, ano 1, nº2, 1999.
- COSTA, E. Ativação popular do patrimônio territorial na América Latina. **Cadernos de geografia**, Colômbia, 2017.
- DUSSEL, E. **Europa, modernidade e eurocentrismo. Em a colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas**. Buenos Aires, 2005.
- FERNANDES, B, M; WECH, C, A; GONÇALVES, E, C. **Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-história da governança da terra no Brasil**. 1. ed. Roma: Internacional Land Coalition, 2012. v. 1. P.60
- FERNANDES, B. M. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: Antônio Márcio Buainain (org.). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- GASSET, J. O. **Meditação da técnica**. DEDALUS. Primeira edição, Rio de Janeiro, 1963.
- GODELIER, M. Notas sobre os conceitos de estrutura e de contradição – Marx e os estruturalistas. In: Estruturalismo, antologia de textos teóricos. **Revista Aletheia**, 1966.
- GUILLES, T. R. **História do existencialismo e da fenomenologia**. São Paulo Edusp, 1989.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.
- MARIANO, A. S. SAPELLI, M. L. S. Fechar escola é crime social: causas, impacto e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo. **Anais...** 6º seminário nacional estado e políticas sociais. 2º seminário de direitos humanos. Unioeste, Paraná, setembro de 2014.
- MOLINA, M. C. **A constitucionalidade e a justiciabilidade do direito a educação dos povos do campo**. In: Por uma Educação do Campo: Campo – Políticas Públicas – educação. Brasília, MDA, 2008.
- MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A.. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento social**. 3 ed. Ed Cortez, São Paulo 2010.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MUNARIM, A. **Educação do Campo: reflexões e perspectivas**. Editora insular, Florianópolis, 2010.

SILVEIRA, M. L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica a perspectiva existencial. São Paulo, **Geousp - Espaço e tempo**, n. 19, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico científico informacional**. São Paulo: EDUSP, 2008.

---

### **Sobre a autora**

---

**Cássia Betânia Rodrigues dos Santos** – Mestrado (2017) em Geografia (2018) pela Universidade de Brasília (UnB); Graduação em Geografia (2014) pela Universidade Estadual de Goiás; Graduação em Pedagogia (2020) pela Faculdade Educacional da Lapa. **OrCID** – <https://orcid.org/0000-0002-7310-2230>

---

### **Como citar este artigo**

---

SANTOS, Cássia Betânia Rodrigues. Evidências de um crime: o fechamento da Escola Municipal Boa Esperança. **Revista NERA**, v. 24, n. 56, p. 93-112, jan.-abr., 2021.

---

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.  
Devolvido para a revisão em 26 de agosto de 2020.  
Aceito para a publicação em 03 de setembro de 2020.

---